

Contradições do Cotidiano nos Homicídios por Motivo Fútil no Baixo São Francisco: Pistas Para Pensar a Interiorização da Violência

Contradictions of Everyday Life at Futilely Motivated Homicides in the Baixo São Francisco:
Indications to Think the Increasing of Violence in the Countryside

Contradicciones del Cotidiano en Homicidios por Motivo Trivial en el Baixo São Francisco: Pistas para
Pensar el Desplazamiento de la Violencia para Nucleos Urbanos Periféricos

Marcelo de Almeida Ferreri

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil.

Manoel Carlos Cavalcanti Mendonça Filho

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil.

Resumo

O estudo dos homicídios por motivo fútil serve como base analítica para refletir acerca do tema da interiorização da violência, fenômeno que se faz presente em recentes estudos sobre criminalidade e violência no Brasil. O aspecto deste tipo de homicídio que permite a análise pretendida é sua íntima vinculação com o cotidiano da vida social e suas contradições, condição que, por sua vez, favorece uma visão da segurança pública não focada no controle da penalidade criminal. Para tal intento, recorre-se a uma pesquisa sobre homicídios por motivos fúteis ocorridos no período de 2008 a 2011 na região do Baixo São Francisco em Sergipe, cuja análise de 48 ocorrências homicidas se fez no campo de tensões entre ‘lógica desenvolvimentista’ e ‘modos de vida tradicionais’, mais precisamente nos conflitos de práticas entre Estado, corporações e comunidades locais.

Palavras Chave: Interiorização da Violência; Homicídio por Motivo Fútil; Cotidiano; Contradições.

Abstract

The study of futilely motivated homicides (a Brazilian penalty typification category) serves as an analytic basis to ponder the subject of the increasing of violence in the countryside, a phenomenon that is shown in recent studies on violence and criminality in Brazil. The aspect of this kind of homicide that allows the intended analysis is its intimate bonding with the everyday social life and its contradictions, conditions that support a vision of public security that is not focused on the controlling of criminal penalties. In order to accomplish that, the analysis relies upon a research on futilely motivated homicides that occurred between 2008 and 2011 at the *Baixo São Francisco* region of the state of Sergipe in which the analysis of 48 homicidal occurrences was build up

among the strain between the ‘developmentalism’s way’ of operating and the ‘traditional ways of living’, precisely in the conflicts between practices of the State, corporations and local communities.

Keywords: The Increasing of Violence in the Countryside; Futilely Motivated Homicides; Everyday Social Life; Contradictions.

Resumen

El estudio de los homicidios por motivo trivial sirve como base analítica para reflexionar sobre el crecimiento de la violencia en los núcleos urbanos periféricos, fenómeno presente en recientes estudios acerca de criminalidad y violencia en Brasil. El aspecto de este tipo de homicidio que permite la análisis pretendida es su íntima vinculación con el cotidiano de la vida social y sus contradicciones, condición que, por su vez, favorece una visión de la seguridad pública que no se centra en el control de sanción penal. Para este propósito, se recurre a una investigación acerca de homicidios por motivo trivial ocurridos en el periodo de 2008 a 2011 en la región de lo Baixo São Francisco en Sergipe, cuya análisis de 48 ocurrencias homicidas se hizo en el campo de tensiones ideológicas entre la ‘lógica desarrollista’ y ‘los modos de vida tradicionales’, mas precisamente en los conflictos de las prácticas entre el Estado, corporaciones y comunidades locales.

Palabras Clave: Crecimiento de la Violencia en los Nucleos Urbanos Periféricos; Homicidio por Motivo Trivial; Cotidiano; Contradicciones.

1 A Recente Visibilidade da Interiorização da Violência da Segurança Pública

As atuais estatísticas sobre criminalidade apontam alguns redimensionamentos desse fenômeno nos últimos anos. Dentre esses, vem recebendo destaque a chamada interiorização da violência, fenômeno que assinala aumento nos índices de ocorrência de violência e crimes em regiões do interior do país, núcleos urbanos distintos das capitais, abrangendo inclusive respectivas áreas rurais dessas localidades.

Durante o período 1998/2008, estudos do Ministério da Justiça salientam que polos dinâmicos dos homicídios já não se concentram nas grandes cidades, demarcando a interiorização da violência no país. Há pouco tempo chegou-se a supor que com a intensificação das ações de segurança pública nas capitais e regiões metropolitanas, ocorria aumento dos índices de violência no interior dos estados. As apreciações desse fenômeno pedem maior cuidado frente aos desdobramentos de ações concernentes ao enfrentamento da violência, especialmente

quando vistos de maneira restrita ao campo da segurança, ou seja, sem considerar inúmeras relações com processos mais amplos e diversificados. Esse tipo de análise restrita favorece apetites meramente repressivos e criminalizantes, tradicionais no âmbito da segurança pública.

O “Mapa da Violência” deste ano (Waiselfisz, 2013), publicação que se apresenta como fonte de dados quantitativos para abordar ou aprofundar temas sobre violência e criminalidade, sustenta a existência de diferentes e/ou novas configurações de focos de violência, além dos já tradicionais – centrados nas capitais e regiões metropolitanas. Usando a designação “novos pólos de crescimento no interior”, esse estudo afirma tal mudança e a relaciona à consolidação de um processo de desconcentração econômica que culmina em novos polos que atraem investimentos, trabalho e migrações, especialmente na década de 1990. Afirma ainda que, somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos. Vê-se, portanto, o cuidado em vincular o fenômeno, na sua mais imediata presença, a processos sociais e históricos mais amplos que o campo da segurança pública.

Esse aspecto não deve ser considerado de modo isolado. Saporì (2007), recorrendo a saltos estatísticos na taxa de homicídios entre

as décadas de 1980 e primeiros anos de 2000 e aos altos índices de mortalidade de jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos, afirma razoável deterioração da capacidade do poder público em controlar a criminalidade e a violência no Brasil na recente democracia. De forma recorrente, a maneira convencional de observar o aumento crescente da violência e da criminalidade no país, estimula os governos a experimentar inúmeros programas, planos e operações repressivas com a finalidade de combatê-las, às vezes de forma autoritária e ferindo princípios democráticos constitucionais, utilizando-se até das forças armadas para tal intento.

Em contraponto ao modelo tradicional de “segurança pública”, focado no exclusivo controle penal da criminalidade, os pontos de vista destacados acima buscam legitimar-se como novos argumentos que enfatizam o caráter interdisciplinar e multifatorial que o tema deve contemplar. A questão criminal, sob tal orientação, passa a ser vista como vertente de instabilidades mais complexas, e, assim, deixa de ser preocupação exclusiva das instituições do sistema de justiça criminal, convertendo-se em tema transversal do conjunto das políticas públicas.

Há, portanto, o risco da temática da interiorização da violência terminar relacionada ao recorrente discurso de aumento de índices de homicídios, de violência, no falatório interminável que articula aumento da criminalidade à falta de punições. Isso faz

com que a questão do descentramento da violência e da criminalidade das grandes cidades deva ser posto em análise de modo a explicitar suas íntimas relações com processos, pode-se dizer, de escalas mais amplas para os quais aparecem como figuras. Nessa outra perspectiva, espera-se que a ambição puramente punitiva da violência apareça como pálida solução de problemas. Essa foi a via analítica produzida em torno dos homicídios por motivo fútil realizada em um estudo no estado de Sergipe, que serve não apenas de inspiração para pensar a temática da interiorização da violência, mas como modo de refrear algumas insinuações sobre avanço e expansão da violência e da criminalidade.

A pesquisa *“Diagnóstico dos homicídios no Baixo São Francisco: levantamento e caracterização dos homicídios por motivos fúteis”* foi realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Sergipe, desde junho de 2012. Recebeu apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica (FAPITEC) de Sergipe e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este estudo pretendeu realizar a caracterização e o levantamento dos casos de homicídios arrolados como “por motivo fútil” na região do Baixo São Francisco, durante os anos de

2008 a 2011, e sua relação com as condições sociohistóricas da tensão entre Estado e população incidentes na região.

Tal pesquisa possui inspiração etnometodológica centrada no cotidiano das relações, cujos procedimentos utilizados, a exemplo da etnografia do cotidiano institucional e das comunidades, permitem a criação de dispositivos socioeducacionais que coloquem em análise as práticas, crenças e valores. Tais dispositivos assumem formas variadas no campo: grupos de discussão informal aglutinados em torno da presença dos pesquisadores, tematização das questões de interesse para as ações de pesquisa em espaços já existentes de discussão na comunidade, organizações ligadas ao tema. Além dessa prática, a pesquisa bibliográfica e documental nos inquéritos policiais se aliam à inserção dos pesquisadores em visitas periódicas aos municípios da região.

O esforço etnográfico se tornou elemento chave para a descrição em perspectiva das relações entre órgãos estatais, empresas e grupos comunitários. Para além da mera coleta de informações, a etnografia foi um procedimento fundamental para entrar em contato com as mudanças de práticas culturais. Foram realizadas 22 (vinte e duas) visitas a campo das equipes, percorrendo aproximadamente 2000 (dois mil) kms nas cidades e povoados ao longo do Rio São Francisco. Estas viagens tiveram caráter exploratório e cumpriram o objetivo de

subsidiar a delimitação do campo e compor uma caracterização geral do território pesquisado. Durante essas visitas, foi possível acumular registros fotográficos e de áudio das localidades e das populações do lugar, totalizando aproximadamente 900 imagens e 23 arquivos de áudio. Além disso, foram produzidos registros escritos por meio de diários de campo elaborados por equipe de 10 (dez) pesquisadores, entre professores (de psicologia social) e alunos de diferentes cursos.

O contato com ocorrências de homicídios por motivo fútil se deu nos inquéritos. Com os inquéritos efetuava-se a leitura dos mesmos e a separação dos que seriam pesquisados. Selecionados os casos, passava-se ao registro fotográfico. A pesquisa coletou um total de 48 (quarenta e oito), fotografando as peças para montar um banco de dados específico na universidade. Na etapa da pesquisa documental dos inquéritos, foram pesquisadas as delegacias de Amparo de São Francisco, Japoatã, Pacatuba, Brejo Grande (atrelada a de Ilha das Flores), Propriá e Neópolis. Essas últimas as duas maiores cidades da região e, proporcionalmente, municípios de grande incidência de homicídios no estado, que na opinião de autoridades da segurança pública são causados pelo avanço da criminalidade no Baixo São Francisco.

De modo bastante contundente, estava

em jogo questionar dois entendimentos sobre esses homicídios: o caráter de futilidade e o de avanço da criminalidade para o interior do país. Diante desses desafios foi fundamental o registro das tensões sócio-históricas no cotidiano e a presença dessas tensões nos inquéritos.

Para a reflexão em curso nessas linhas, serão destacados do estudo dados que ofereçam para esta análise: possibilidades de pensar os fenômenos da violência e da criminalidade de forma não punitiva; homicídios e violência como eventos vinculados a processos sócio-históricos que incidem na região; presença de respectivos processos sócio-históricos nos eventos criminais como inspiração para perspectiva diferenciada em segurança pública.

2 Homicídios por Motivos Fúteis e o Baixo São Francisco Sergipano

O interesse pela tipificação do “motivo fútil” também emerge de um quadro problemático da segurança pública no Brasil. Semelhante à questão da interiorização da violência, estudo recente aponta grande incidência desse tipo de homicídio em São Paulo e forte presença em outros estados brasileiros (Waiselfisz, 2013). No caso dos homicídios por motivo fútil, esse tipo de dado contrasta contundentemente com a ampla propagação, pelas autoridades em segurança

pública e pela mídia, da ideia de que grande número de homicídios ocorre em função da guerra contra as drogas ou do confronto da polícia com o crime organizado. Diante desse aspecto, justifica-se encontrar referências empíricas mais consistentes para os índices anunciados e tratamento do tema.

A visão amplamente difundida, principalmente nos meios ligados à Segurança Pública, de que a violência homicida do país se encontra imediatamente relacionada às estruturas do crime, especialmente aos conflitos relacionados às drogas, respondeu provisoriamente por certa invisibilidade dos homicídios por motivo fútil. Essa condição agora parece passageira; o Conselho Nacional do Ministério Público, em 2012, lançou sua campanha “Conte até 10. Paz. Essa É a Atitude”, subsidiado por estudo a partir de inquéritos policiais referentes a homicídios, acontecidos em 2011 e 2012, por motivos fúteis e/ou por impulso. Foram incluídos nessa categoria brigas, ciúmes, conflitos entre vizinhos, desavenças, discussões, violências (Waiselfisz, 2013).

Nessa mesma direção, dados divulgados pelo Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente e pelo Instituto Sou da Paz apontam grande incidência de homicídios provocados por motivos fúteis, em todo o continente americano pelo primeiro, e na cidade de São

Paulo pelo último (Agência do Senado Federal, s/d; Instituto Sou da Paz, 2010). Afora as proporções territoriais dessas informações, importa questionar a sustentação causal desses dados que recai, no mais das vezes, sobre uma ideia de cultura da violência. Tal concepção acena, em geral, para o problema do descontrole da circulação de armas e pouco diz sobre aspectos que lhe seriam explicativos como a noção de cultura em jogo e que outros fatores se relacionam a essa condição.

Diante desse quadro pouco esclarecedor sobre homicídios por motivo fútil, o estudo dos homicídios no Baixo São Francisco teve como principal objetivo realizar a caracterização e o levantamento de homicídios por motivo fúteis cometidos na região do Baixo São Francisco, durante os anos de 2008 a 2011, e sua relação com as condições socioeconômicas e políticas de Estado incidentes na região. Além desse, mais especificamente, buscou retratar e problematizar o tratamento dado pelo aparato de segurança pública às ocorrências de homicídios por motivos fúteis.

O fútil comumente remete a algo irrelevante, desprovido de significado, descartável, sem nenhum valor. A técnica jurídica considera fútil o motivo quando, em relação ao estímulo que provocou a transgressão pelo autor, há flagrante desproporção, absoluta inadequação,

verdadeiro despropósito. O vê como motivo banal, insignificante, ridículo; é o motivo leviano, egoísta, intolerante, observado os perfis do autor e da vítima. Não se confunde motivo fútil com motivo injusto ou ausência de motivos (Fragoso, s/d). O fútil, juridicamente, encarna o desprezível. Os aspectos que qualificam esse tipo de homicídio na Doutrina jurídica brasileira: motivo fútil é aquele que apresenta desproporção pela gravidade da reação homicida; suscita reprovabilidade, revela suposta perversidade e maior intensidade no dolo do agente que o atuou. Embora não seja vinculado a qualquer alteração psicológica, o homicídio por motivo fútil é incapaz de produzir explicação razoável.

O estudo sociológico de Ferreira (2002) analisa a violência em comunidades da periferia da cidade de São Paulo e trata de processos criminais de homicídios por motivos fúteis. Suas análises levaram a reconhecer conexões entre os eventos homicidas e aspectos da estrutura social brasileira, no que tange às relações de classes sociais, na relação com o mercado de trabalho e consumo. A autora aponta a estreita ligação entre motivo fútil e questões cotidianas cujo conflito, a rigor, segundo os operadores do poder público entrevistados, poderiam ser resolvidas com bom senso.

Naquele estudo fica indicada a necessidade de fixar diferenças entre as mortes que ocorreram por criminosos e as que

resultam de situações cotidianas. Embora haja transitividade entre criminosos e eventuais homicidas nos casos de motivo fútil, não se pode desconsiderar que esse tipo de crime lida com a clivagem simbólica que, supostamente, separa trabalhadores e “criminosos de carreira”. Nessa direção, um aspecto importante da peculiaridade do motivo fútil, sustentado na pesquisa em Sergipe, é o caráter de não-instrumentalidade do evento homicida; não haveria previsão de aproveitamento, ou simplesmente aproveitamento pelo autor proveniente da ocorrência. Nesse sentido se distancia dos ares de empreendimento que caracterizam o crime organizado de forma geral.

Por ocasião dos levantamentos acerca das circunstâncias de emergência da figura do “homicida por motivos fúteis”, conhecer as formas de ajustamento ou de resistência comunitária ao impacto causado pela implementação de ações de desenvolvimento social tornou-se, ao mesmo tempo, condição chave para a caracterização da forma de vida local frente às suas transformações sócio-históricas e via de articular as tensões do cotidiano com as ocorrências homicidas.

Tais formas de vida, no caso da região em foco designadas de comunidades ribeirinhas, vem sendo cada vez mais, regulamentados e supervisionados pelos complexos institucionais, especialmente na figura dos órgãos estatais. As relações entre complexos institucionais e grupos comunitá-

rios solicitam análise e acompanhamento uma vez que a própria efetividade da aplicação de políticas públicas que visam preservação ambiental, desenvolvimento produtivo e construção de cidadania apresenta-se como campo de tensões políticas e culturais.

Os desdobramentos das ações institucionais repercutem nas mudanças de práticas locais e, não raro, produzem efeitos de desarticulação do tecido social, pela falta de discussão sobre a distância entre a lógica institucional e as crenças e práticas locais. Conflitos que historicamente marcavam a vida na região são atravessados por novos, concernentes, agora, dos ajustes da maquinaria do Estado democrático brasileiro às condições de vida local e do desenvolvimento tecnológico e econômico que afeta os circuitos produtivos tradicionais daquele território.

O rio São Francisco possui uma longa história de usos colonizadores e desenvolvimentistas. Possui extensão de 2.700 kms e corta 4 (quatro) estados na faixa litorânea intramediana do território brasileiro. Seu nome indígena é *Opará*, cujo significado aproximado seria “rio-mar”. Foi alcançado pelos portugueses em 1501, um ano após sua chegada às terras brasileiras. Conflitos entre portugueses e povos indígenas marcaram as investidas colonizadoras pelas margens interioranas do rio. No Brasil-Colônia foi chamado rio dos currais pelo uso deles como estratégia para povoamento das margens e

circulação de mercadorias. Nessa estratégia se encontra a base dos conflitos fundiários que as regiões próximas ao rio conheceram ao longo de sua história: expropriação de nativos e exploração econômica. O tema já foi registrado em clássicos da literatura nacional como “Grande sertão: veredas” de Guimarães Rosa, publicado em 1902.

Além dessa, outras missões históricas de produtivismo econômico incorreram em torno do rio, como a política desenvolvimentista de meados do século passado que instalou complexos hidroelétricos (hoje são quatro) em seu curso e programas de desenvolvimento do poder público – cujo marco foi a criação da Companhia de Desenvolvimento do São Francisco em 1979. O rio-mar já foi designado rio da unidade nacional, pela diversidade cultural que habita suas proximidades, e rio da integração nacional, pela “incumbência” de desenvolvimento agroeconômico, energético e social a que foi submetido.

A opção pela região do Baixo São Francisco como campo de estudo partiu do discurso de interiorização da criminalidade que, como visto, os recentes índices estatísticos alardeiam. Além disso, a região apresenta algumas características peculiares, pois, segundo dados da Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (SEPLAG), possui níveis de exclusão social acima da média estadual, notadamente

de exclusão de renda e de saneamento; esperança de vida ao nascer abaixo da média sergipana e índice elevado de mortalidade infantil. A etnografia, buscando a caracterização da vida local a ser articulada aos estudos dos homicídios, tinha, portanto, uma função estratégica na tentativa de ligar as ocorrências criminais a processos históricos mais amplos.

2.1 - Cotidiano do Baixo São Francisco: Tensões Sócio-Históricas

O texto a seguir segue conforme sua estrutura em diários de campo e relatórios de pesquisa. A preservação dessa estrutura cumpre função de avivar o que corresponderia ao impacto das tensões do cotidiano no processo de pesquisa, aspecto fundamental para a percepção ampliada dos fenômenos em segurança pública. Uma parte significativa desse estudo de campo dos homicídios foi realizada em época de processo eleitoral, situação que serviu para dar mostra das práticas dos poderes locais quanto à busca de ocupação dos postos da máquina governamental da região. Em uma das visitas,

(...) no trajeto visitado, entre Canhoba e o povoado Escurial, se refletia o momento político da região, as eleições municipais, com a busca por parte da população de tomar partido na disputa, onde se percebia que as casas eram sempre marcadas por cada uma das cores dos grupos (partidos políticos). Foi

marcante a necessidade de se demonstrar a qual agremiação se estava de alguma forma vinculado; por menor que fosse sua participação havia alguma bandeira, ou mesmo um pano estendido na fachada, que demonstrava sua ‘posição política’ no pleito municipal. (Diário)

Os problemas regionais vividos pelo impacto de ações desenvolvimentistas, que ganharam impulso na região no pós-guerra, e mais recentemente quando da instalação de equipamentos hidroelétricos, geram apreensões desconcertantes registradas sob o olhar etnográfico. Tais desconcertos podem aparecer nas variadas impressões do campo, como no seguinte registro:

(...) dos primeiros ‘espantos’ ou estranhamentos que as idas a campo me causaram foi a chegada ao Saramem (povoado do município de Brejo Grande criado para abrigar a população do povoado Cabeço, inundado pelo avanço do oceano na foz cujos danos são objeto jurídico da referida perícia). Quando lá cheguei me deparei com uma estrutura habitacional até bem mais preparada que muitos bairros humildes da capital (de Sergipe). Eu não esperava que a retirada das pessoas do cabeço para Saramem tivesse sido feita de forma tão organizada e preparada em vários aspectos para a vida dos ribeirinhos. A estrutura conta com igreja, posto de saúde, duas escolas, telecentro, associação de doceiras, caixa d’água, e alguns pequenos comércios locais. Parece ser um local que ‘evoluiu’ em comparação ao antigo povoado. A nova moradia e sua estrutura dada aos ribeirinhos parece resolver o problema do

alagamento do antigo povoado e ainda trazer melhorias para a comunidade como se tentasse resolver todos os problemas das pessoas e elas não tivessem o que reclamar pela perda do antigo local onde viviam. (Diário)

As contradições vistas em campo apontam para uma direção mais contundente de estruturação dos poderes e da exploração:

(...) houve ainda uma discussão (entre dois moradores da cidade de Telha) sobre um programa do governo que dava tratores aos agricultores. Um dos dois disse que o governo dava os tratores e o povo vendia e que isso precisava ser melhor fiscalizado, já o outro falou que não era bem assim, e que a verdade é que eles vendiam os tratores pois estavam endividados, pois para plantar precisavam que alguns outros problemas também fossem corrigidos (a irrigação também) pois não poderiam plantar só com tratores. Com essa parte da discussão chega um ponto onde é visível a dependência às organizações de governo e de seus mecanismos de gestão para se manter a produção dos agricultores locais. Uma produção que antes já se desenvolvia com uma técnica tradicional, mas com a entrada dessas tecnologias de irrigação cria uma dependência por parte dos agricultores por não estarem no domínio da nova técnica. (Diário)

Esses pequenos fragmentos de registros foram, pouco a pouco, compondo uma visão etnográfica de conjunto que oferece variados panoramas da caracterização local:

(...) a região do Baixo São Francisco é *locus* de iniciativas de produção predominantemente exógenas e alheias aos ribeirinhos; tome-se, por exemplo, a produção agrícola local: extensos canaviais, grandes áreas com plantios de eucalipto, plantios irrigados de frutas para exportação, áreas irrigadas para a produção de grama para campos de golfe. Tais empreendimentos se instalaram na região, foram subsidiados e apoiados pelo Estado e deixaram para os ribeirinhos apenas o passivo, visível quando percorremos povoados ao longo das rodovias da região, onde se vê homens e jovens desempregados, aguardando a próxima safra de cana. Evidentemente não se pode negar que desde o período colonial a região é subordinada a necessidades e impulsos econômicos externos, mas nos últimos 30 anos a situação parece se agravar.

O Baixo São Francisco, nos últimos quinze anos, oferece a imagem de uma região “previdenciária”, com cidades e povoados agitando-se apenas nos períodos em que aposentados e pensionistas recebem suas pensões. Uma espécie de rotina de benefícios pauta de forma crescente a movimentação nas cidades, pois um grande número de famílias ribeirinhas é sustentada pelos programas de renda mínima garantida por políticas públicas.

Não se pode minimizar os efeitos dessa dependência em relação ao Estado, pois em outras épocas, que os ribeirinhos apontam até a primeira metade da década de 1980, referem alguma autonomia efetiva deles em suas atividades econômicas, fosse a pesca ou a produção de arroz, esta última conformando relações de produção que, mesmo se pautando por dinâmicas de mercados exteriores à região e sofrendo a concorrência de outras regiões produtoras, ‘integravam-nos’, seja porque estes produziam em terras que lhe pertenciam, seja

porque produziam em fazendas. Com o aumento da intervenção estatal essa autonomia desapareceu, grande parte da população local não se 'integra' nesses novos modos de produção. (Relatório de Pesquisa)

Em outra caracterização do cotidiano no Baixo São Francisco, vê-se as seguintes considerações:

(...) as viagens pelo baixo São Francisco revelam características um tanto curiosas. Municípios vizinhos que são totalmente diferentes. Cidade que beira o rio, mas este não atravessa a dinâmica de vida do local. Outra onde já é possível ver claramente a divisão de um pequeno aglomerado urbano em centro e periferia. Lugar onde a tecnologia de produção agrária é de primeiro mundo e os nativos sobrevivem através de benefícios de programas do governo. Esses e tantos outros traços intrigantes que se revelam no cotidiano do ribeirinho foram percebidos e estudados através da etnometodologia, a nossa ferramenta de inserção em campo.

A vida do ribeirinho parece estar cada dia mais se desvinculando do rio. Nas cidades onde a pesca já foi o meio de vida para maioria da população, hoje há um esvaziamento cada vez maior da atividade. O rio, que segundo relatos de pescadores já não dá mais tanto peixe, conseqüentemente não é mais rentável como antes da construção das barragens. Além das diferenças no curso das águas e na fauna marinha, há ainda a atuação de regulamentação ambiental de órgãos governamentais que preveem a época do defeso dos peixes, na qual os pescadores ficam 'amparados' em um benefício social, desde que cadastrados através de suas

associações e municípios. Os benefícios muitas vezes atrasam, e ainda geram problemas decorrentes da fiscalização ineficiente sobre quem está cadastrado, se é ou não realmente pescador. Esses problemas contribuem para um funcionamento que exclui a autonomia das pessoas do controle dos seus modos de produção e de vida.

O esvaziamento nas atividades pesqueiras encontra outros fatores que somados geram uma transformação geracional dos modos de vida. A pesca já não sendo uma opção segura de vida, os jovens recorrem a outros meios de sustento, como um que se torna cada vez mais frequente nos interiores: trabalhar de motoboy, meio que é facilitado pelos consórcios espalhados em todos os cantos do país e presente em grande parte dos municípios visitados. As administrações públicas, cumprindo programas nacionais e políticas públicas de educação, oferecem aos jovens cursos profissionalizantes dos mais variados, aprendizado musical, e outras tantas atividades que sirvam de ocupação para esses, que são muitas vezes motivados a participar pelo recebimento de uma bolsa. Terminados tais cursos, ficam os jovens diplomados mas sem ter onde empregar o diploma, pois as cidades não abarcam os tipos de atividades que esses cursos desenvolvem.

O cotidiano ribeirinho está também mais marcado pela fiscalização judicial. As fortes intervenções dos serviços assistenciais nos locais visitados estão a ressignificar modos de relações entre as vizinhanças. Denúncias de supostos maus tratos de crianças, que até há pouco tempo era o modo de educação difundido entre as famílias, é encarado agora, frente à presença do órgão fiscalizador do bom desenvolvimento da infância, como crimes. Vizinhos que

denunciam uns aos outros nos deslizes da educação das crianças; as atitudes agora passam a ser de vigilância e punição dentro da própria comunidade, havendo casos até onde se inventam agressões para que um “fulano” sofra algum prejuízo porque um 'ciclano' não gosta dele, mesmo não tendo ocorrido o motivo para tal. (Relatório de Pesquisa)

Tal exercício etnográfico de caracterização norteou a construção de alguns eixos descritivos para sinalizar os efeitos de processos sócio-históricos mais amplos que incidem na região. Esses eixos descritivos serviram, posteriormente, para repensar as tramas dos homicídios por motivo fútil como inscritas nesses processos. Os eixos descritivos foram: modo de produção mambembe, lógica desenvolvimentista na região, urbanidade precária, faces e faixas do Estado.

2.1.1 Modo de produção mambembe

Esse eixo refere atividades produtivas com o objetivo de ou garantir a subsistência, ou que se inserem em círculos comerciais restritos, que abastecem pequenas cidades e povoados. Procura engloba formas de produção pouco condizentes com a lógica desenvolvimentista dos grandes mercados do capital. A lógica capitalista de produção objetiva valorizar a produção de lucro como fim em si das operações econômicas. As formas não capitalistas são muito variadas,

mas nenhuma tem como fim a si mesma: pode servir de mediação para manutenção de um dado modo de relação na coletividade, por exemplo. Tais formas de produção não fogem totalmente ao controle das dinâmicas locais, sejam afetivas ou outras. É o caso de relações como a quarteação, existente desde a ocupação das margens do São Francisco para a pecuária bovina no século XVII. Na quarteação o fazendeiro dá ao vaqueiro um quarto das crias de suas vacas, senão mais, quando há forte relação de amizade ou compadrio. Outros exemplos foram na pesca e na pequena agropecuária de subsistência ou de abastecimento dos restritos mercados locais, bem como a agricultura que segue a mesma lógica.

2.1.2 Lógica desenvolvimentista na região

Esse eixo foi formulado com o objetivo de explicitar as formas de intervenção econômica pautadas por lógicas exógenas à região. Dito de outro modo, são relações pautadas pela lógica capitalista, como grandes empreendimentos industriais (laticínios, fábricas de cimento) e agropecuários (plantações de cana, eucalipto, grama, etc.) que não têm nenhuma vinculação com círculos econômicos locais, mas que apenas buscam realizar lucros em mais um espaço onde conseguiram se alocar.

2.1.3 Urbanidade precária

Esse eixo procura mostrar como indícios de urbanização pela intervenção estatal se dão no sentido de preparar terreno para empreendimentos conectados a grandes circuitos econômicos, porém se chocam com uma população, que, por restar como excedente desse processo, terminam compondo um contraponto rural de difícil ajustamento. As expressões fáticas dessa urbanidade precária são antenas de televisão em casas de taipa, carroças de burro realizando o serviço público de coleta de lixo, gado bovino criado comendo mato nas beiras das ruas, centros de inclusão digital de portas constantemente fechadas.

2.1.4 Faces e faixas do Estado:

Eixo procura mostrar a dualidade da expressão da ação estatal na região, oscilando entre a “cooptação” participativa através de faixas convocando para reuniões comunitárias, faixas convocando para cursos de informática, e repressão ostensiva com faixas de aviso das leis que punem infrações de trânsito, que proíbem o trabalho infantil, que determina a proibição do uso de capacete em estabelecimentos públicos. O uso de faixas como meio de comunicação entre Estado e população é bem difundido na região. Nos muros, nas paredes de órgãos públicos, nas praças, cruzando as ruas por

cima, as faixas cumprem a função de informar sobre questões de governança local. Nos textos que nelas aparecem, a franca conexão entre o apelo governamental para a participação social e o apetite repressivo em diferentes condutas dos cidadãos fica evidenciada.

O que desfila sob o olhar etnográfico é o desdobramento das ações institucionais que repercutem nas mudanças de práticas locais e, não raro, produzem efeitos de desarticulação do tecido social, pela falta de discussão sobre a distância entre a lógica institucional e as crenças, e práticas comunitárias, tentando fazer do local o modelo padronizado do universal. Longe de reduzir o cotidiano às atividades banais de um dia a dia estagnado dessa população, ele passa a ser visto como o tecido no qual se delineia contundentes contradições alinhavadas por intensos processos que se consolidam historicamente (Blanchot, 2007).

É nesse ponto que a caracterização da vida ribeirinha faz contato com a ocorrência dos homicídios por motivo fútil. Por essa via, essa experiência limite de transgressão da regra de valorização da vida, o evento homicida, informa sobre os processos sociais e seus desdobramentos na vida regional, até o momento crucial em que uma vida é retirada por circunstâncias tidas como fúteis e o aparato de segurança pública é acionado. Resta ver como os próprios inquéritos policiais são também lugar de contradições.

2.2 Inquéritos Policiais e Cotidiano do Baixo São Francisco

Os inquéritos policiais foram a via de acesso aos homicídios por motivo fútil. A busca dos inquéritos como textos de contradições do cotidiano do Baixo São Francisco levou a um conjunto de procedimentos, cujo próprio registro já aponta para contradições na base empírica dos dados de que partem os estudos em segurança pública. Após solicitação enviada à Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, os dados estatísticos sobre homicídios em todo o estado, no período de 2000 a 2011, foram disponibilizados. Nesses constavam informações de número de protocolo, data de chegada do corpo ao Instituto Médico Legal, data da ocorrência, dia da semana, localidade, área, vítima (nome, sexo, idade), instrumento utilizado no crime. Porém, com a notícia de que os dados da Secretaria de Segurança Pública estariam defasados, alegação feita pelas próprias autoridades da secretaria, foi necessário um outro levantamento restrito à região do Baixo São Francisco.

A solicitação foi dirigida, então, à Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACRIM), setor não envolvido na produção estatística anterior, requisitando listas referentes aos homicídios dos municípios da região no período de 2008 a 2011. Nestas listas constavam as informações

de ano, data da autuação, dia da semana, local, vítima, idade e meio empregado. Com as listas em mãos, foram iniciadas as visitas às delegacias dos seguintes municípios: Própria, Neópolis, Japoatã, Pacatuba, Brejo Grande, Ilha das Flores, Amparo do São Francisco. Nas delegacias, mediante as listas, passou-se à averiguação de dados no livro de ocorrências, e posteriormente dos inquéritos que se encontravam nos arquivos.

Este procedimento, que se resumia em constatar se os homicídios que as listas apresentavam eram compatíveis com os homicídios registrados no livro de ocorrências, e se os inquéritos dos mesmos se encontravam na delegacia da localidade, levou a novas incoerências de dados. Mesmo os inquéritos que não constavam na lista do CEACRIM, um dos problemas encontrados na “comunicação” dos documentos, foram incluídos na amostragem.

O contato preliminar com os inquéritos fez conhecer mortes ligadas a jogo de baralho em Neópolis, uso não autorizado de objetos pessoais (tal como no caso do uso de um colchão para prática de adultério pelo patrão de um caseiro homicida), pular muro de domicílio em Pacatuba, não pagamento de despesa de bebida em uma festa local no município de Japoatã. Para fins da pesquisa, a categoria “homicídios por motivos fúteis” ficou definida como homicídios dolosos, independentemente do enquadramento geral, que não estivessem relacionados com outros

crimes nem no que se refere às circunstâncias, nem no que se refere aos antecedentes de autor e vítima. Sob essas condições foram, então, confrontados os aspectos que qualificam esse tipo de homicídio na Doutrina jurídica brasileira: motivo fútil é aquele que apresenta desproporção pela gravidade da reação homicida; suscita reprovabilidade, revela suposta perversidade e maior intensidade no dolo do agente que o atuou. Embora não seja vinculado a qualquer alteração psicológica, o homicídio por motivo fútil é incapaz de produzir explicação razoável. Foram selecionadas 48 (quarenta e oito) ocorrências na região, conforme o período pesquisado: Amparo do São Francisco 1, Brejo Grande 10, Ilha das Flores 5, Japoatã 8, Neópolis 12, Propriá 12. Deve-se registrar, para efeito de problematizar o discurso de interiorização da violência, que os municípios de Canhoba, Telha, Cedro de São João e Santana do São Francisco não possuem registro de nenhum tipo de homicídio para aquele período.

Se as políticas de segurança pública pouco fizeram no tratamento desses homicídios, a não ser dissolvê-los na mesma abordagem criminal da guerra contra as drogas e nos conflitos com o crime organizado, e se há o que ver acerca do choque entre ações do Estado e do capital contra o cotidiano local nos assassinatos por motivo fútil, importa ver a futilidade atribuída ao evento como perpassada pelas contradições

regionais vividas nas margens do rio da integração (dos conflitos) nacional. Essa é a aposta feita, nesse estudo, para retirar os homicídios por motivo fútil da situação de indistinção em que se encontram no conjunto de fenômenos da criminalidade e no tratamento que recebem no âmbito das ações do poder público.

3 Processos Sócio-Históricos nos Motivos Fúteis

Em Propriá, cidade com mais de 28.000 mil habitantes que no período da pesquisa registrou 60 homicídios, o Sr. J* tinha desentendimentos e discussões há um bom tempo com o Sr. A*, o que era de conhecimento de parentes de ambos e da vizinhança. Num sábado, J* chega em casa bêbado e sai logo em seguida a cavalo. A* e seu filho estão roçando um terreno, porém o filho está afastado do pai, roçando o terreno em outra área. O filho vê J* em disparada e o vê novamente uns 20 minutos depois, passando de volta. Pensa que o J* esqueceu algo. Depois de certo tempo chega alguém do povoado avisando ao filho de A* que seu pai está morto. Foi encontrado no local uma faca, uma foice e uma sacola plástica que continha fumo, caixa de fósforos e umas folhas do “dever de casa” (sic) com o nome da filha do Sr. J*.

Roça, cavalo, longa história de desavenças entre suspeito e vítima, fumo,

foice, pertences da filha do rival na cena do crime. No episódio da morte de A*, traços afetivos e materiais da vida rural se destacam marcando distinção em relação aos ares cidade urbana que Propriá assume nos últimos anos. A cidade possui maior estrutura urbana da região, receita orçamentária, P.I.B. nos setores agrícola, industrial e de serviços. Apresenta os maiores índices de homicídios do Baixo São Francisco, algumas autoridades mencionam que proporcionalmente seus números de criminalidade seriam extremos em Sergipe. Contudo, não deixa de evidenciar uma espécie de contraponto rural residual em sua precária urbanidade. Essa é a característica que salta da condição híbrida entre urbano / rural que marca a vida na região, afirmada em cada elemento do inquérito no assassinato descrito.

Em Japoatã, município onde vivem aproximadamente 13.000 (treze mil) habitantes e que no período da pesquisa teve 9 (nove) homicídios selecionados, no dia 3/10/2010 foi preso em flagrante o lavrador sr. A. pela suspeita de deferir várias facadas no pescoço de J.A. naquela manhã. O motivo alegado pelo suspeito fora uma desavença entre os dois, na noite anterior, a respeito do pagamento de uma conta de bebida na festa em um assentamento local. Os dois dividiam moradia em um povoado da região. O êxito da investigação se deu por conta de uma sequência de telefonemas denunciando autoria e paradeiro do suspeito. Fora

encontrado pela polícia escondido junto a uma grande concessionária de veículos.

No inquérito, não consta informações sobre as condições de vida de autor e vítima, o histórico da relação ou explicações sobre a situação de moradia em conjunto. O assassinato fora vinculado ao conflito na festa. Neste episódio marcam presença alguns traços da caracterização da vida local e de suas contradições, como as faces participativa (denuncista, no caso) e repressiva do Estado (imediate captura do suspeito), o contraste da lógica desenvolvimentista (com a presença da concessionária que serviu de abrigo) com o modo de produção mambembe (o assentamento que sediou a festa).

Em Neópolis, cidade com mais de 18.000 (dezoito mil) habitantes que no período pesquisado registrou 28 (vinte e oito) homicídios, durante uma festa carnavalesca, dois rapazes, P* e I*, discutem e trocam socos e pontapés. Logo após, I* teria ameaçado P* insinuando-se com uma faca que estaria em baixo da roupa. Eles se afastam depois da agressão. Depois, os dois voltaram a se encontrar na praça e P* deu algumas facadas em I*, que acabou morrendo no local. Conhecidos de ambas as partes relatam que nenhum dos dois rapazes “era de briga” (sic). Parentes e conhecidos da vítima afirmam ainda que o mesmo era trabalhador querido por todos.

O local e a ocasião da morte de I*, dadas as circunstâncias que constam no

inquérito, respondem pelos processos sócio-históricos que emolduram o episódio. Neópolis é cidade do Baixo São Francisco que possui longa história política; seu núcleo populacional surge inicialmente em meados do século XVII, quando os holandeses dominaram parte do Nordeste brasileiro. Após a retomada da área pelos portugueses, criou-se na localidade a freguesia de Villa Nova em 1679. Recebeu título de comarca regional no século XIX e tornou-se cidade em 1910, mudando de nome para Neópolis apenas em 1940. A presença desenvolvimentista marca a paisagem do cerrado em que se localiza com grandes plantações de cana-de-açúcar, eucalipto e grama para campos de golfe, que ocupam espaços destinados a projetos de incentivo à produção agrícola local nas últimas décadas do século passado. Hoje Neópolis investe na projeção turística de seu Carnaval de rua.

As contradições do cotidiano, aos olhos do Estado e da Doutrina, terminam dissolvidas na desproporcionalidade do matar em relação ao conflito em questão. A qualificação motivo fútil praticamente obscurece a trama sócio-histórica que oferece ambiente à trama do inquérito. Nesse sentido, não se pode perder de vista que essas contradições, se não respondem pelos atos extremos, ao menos dispõem vários dos elementos que aparecem nos assassinatos. Se não são as causas, são certamente catalisadoras das ocorrências.

A futilidade, traço a ser julgado nos episódios que recebe a implacável atribuição de desprezo, de ridicularização e que dispensa da argumentação do autor, não deixa de encontrar lugar nas contradições do cotidiano. Por mais brutal e incomensurável que seja o desfecho desses homicídios, eles trazem as inscrições sócio-históricas das tensões que permeiam a região, especialmente as que dizem respeito aos conflitos entre Estado, corporações e populações locais. Nesse sentido, há muito mais a ser considerado nos casos de homicídios por motivo fútil que uma suposta cultura de violência que, por último, corre o risco de criminalizar costumes e tradições de determinados grupos sociais. Por esse aspecto cabe refletir sobre a perspectiva de segurança pública direcionada ao tratamento desses episódios.

Tal é, portanto, o cuidado que igualmente deve ser dirigido à questão da interiorização da violência, traço característico das recentes estatísticas sobre violência e criminalidade. Sem considerar processos sócio-históricos que vêm enlaçados no seu bojo e que se efetivam no cotidiano das organizações sociais, o fenômeno pode ser configurado como mero deslocamento geográfico de problemas de insegurança que podem, por sua vez, redundar em simples importação de soluções, no caso, dos grandes centros para cidades e povoados interioranos. Esse tipo de política de deslocamento, aliás, é bem conhecida em segurança pública.

Do mesmo modo que a caracterização do cotidiano investe em repensar o estatuto do tratamento dos homicídios por motivo fútil, esse esforço quando voltado para a questão da interiorização da violência pode, ao menos como suposição, incentivar um cuidado maior no debate em segurança pública, como por exemplo ponderar contra uma massificação do discurso de avanço da criminalidade em pequenos núcleos habitacionais, situação que certamente não favorece a uma expectativa de superação da lógica punitiva dos dias atuais.

Referências

- Agência do Senado Federal (s/d). *Maioria dos homicídios ocorre por motivo fútil*. IN: Portal ELO. Disponível em <http://elo.com.br/portal/noticias/ver/127049/maioria-de-homicidios-ocorre-por-motivos-futeis.html>, acesso em setembro de 2012.
- Blanchot, M. (2007) *A conversa infinita: a experiência limite*. Vol. 2. São Paulo: Escuta.
- Ferreira, M. I. C. (2002, julho). *A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade*. Novos Estudos – CEBRAP, n. 63, 167-178.
- Fragoso, H. (s/d). *Homicídio qualificado: motivo fútil e motivo torpe*. S/local. Disponível em www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/helena_artigos/arquivo21.pdf.
- Instituto Sou da Paz (2010): *Plano de controle de armas*. São Paulo: Instituto Sou da Paz. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/motivos-futeis-e-desavencas-motivam-45-dos-homicidios-em-sp>, acesso em setembro de 2012.
- Portal Elo (s/d): *Maioria dos homicídios ocorre por motivo fútil*. S/local. Disponível em <http://elo.com.br/portal/noticias/ver/127049/maioria-de-homicidios-ocorre-por-motivos-futeis.html>.
- Rosa, J.G. (2001) *Grande Sertão: Veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Sapori, L. F. (2007). *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 207 p.
- Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da violência: mortes matadas por arma de fogo*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos / Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, p. 28.

Marcelo de Almeida Ferreri: Possui graduação em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula (1992), mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professor

associado do Departamento de Psicologia e professor permanente do Núcleo de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência atuando principalmente nos seguintes temas: história da psicologia, práticas psicológicas, assistência infanto-juvenil, direitos da infância e juventude. Pesquisou sobre Homicídios por Motivos Fúteis na região do Baixo S. Francisco (Fapitec/SSP-SE/ GEPEC-UFS) em parceria com Secretaria de Segurança Pública de Sergipe.

E-mail: marceloferreri@uol.com.br

Manoel Carlos Cavalcanti Mendonça

Filho: Pós Doutorado em Psicologia Social pela UERJ (2011); Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004); Mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996); Especialização em Sociopsicodrama e título de Professor Supervisor pela Federação Brasileira de Psicodrama(1991); Especialização em Gestão de R.H. pelo IAG PUC/RJ (1992) e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1987). Atualmente está como coordenador no Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Psicologia Social da UFS (Universidade Federal de Sergipe), sendo Professor Associado da IES, lotado no Departamento de Psicologia. Busca discutir as questões relacionadas com a tensão entre Estado e

Cotidiano com base nas noções de Discurso, modos de subjetivação e Produção de Sentido.

E-mail: mmendoncafilho@uol.com.br

Recebido em: 08/09/2013 – Aceito em: 02/04/2014
